

Destques do *Education at a Glance*

2014



A Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), apresenta os destaques da publicação anual *Education at a Glance 2014* da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) com dados do Brasil e de mais 30 países.

A referida publicação tem como objetivo oferecer uma visão geral dos sistemas educacionais desses países e possibilitar a comparação internacional.

Seguindo o mesmo formato da publicação da OCDE, o Inep reúne, neste resumo, alguns destaques do Brasil, divididos em quatro capítulos: O capítulo A trata de escolarização; o capítulo B traz informações sobre investimento; o capítulo C apresenta dados sobre participação e o capítulo D discorre sobre o ambiente escolar.

Os dados educacionais são referentes ao ano de 2012 e os dados financeiros são relativos a 2011.

A publicação *Education at a Glance 2014*, assim como os quadros e as tabelas podem ser obtidos por meio de download gratuito no site www.oecd.org/edu/eag.htm

Equipe Técnica

Daniel Capistrano
Juliana Marques da Silva
Margarete Souza
Camila Neves Souto
Carlos Augusto Almeida

CAPITULO A

Qual o nível de escolarização dos adultos? Quantos completaram o ensino médio ou educação superior? Qual o efeito da escolarização sobre a renda dos indivíduos? O capítulo A traça um perfil do nível educacional na população adulta, bem como do retorno financeiro e social que a educação traz para os indivíduos e o país.

O nível de escolarização da população adulta vem aumentando progressivamente na maioria dos países. Principalmente quando comparamos os adultos mais jovens (25 a 34 anos) com os mais velhos (55 a 64 anos). Na média dos países da OCDE, 82% dos mais jovens possuem, pelo menos, o ensino médio completo. Um avanço significativo, visto que apenas 64% dos mais velhos completaram esse mesmo nível. Em países como Chile, Grécia, Irlanda, Itália e Portugal, há uma diferença maior que 30% entre essas duas gerações, evidenciando um avanço significativo da escolarização.

No Brasil, o percentual da população adulta (25 a 64 anos) que concluiu o ensino médio aumenta gradativamente, atingindo 45% em 2012. Na média da OCDE, essa proporção é de 75%. No que se refere à população mais jovem, 59% concluiu ao menos o ensino médio. Uma diferença de aproximadamente 32 pontos percentuais se comparada com parcela mais velha da população que concluiu o mesmo nível de ensino (27%).

No tocante ao ensino superior, o percentual da população de adultos mais jovens (25 a 34 anos) com nível superior é

maior que 40% na maioria dos países da OCDE.

No Brasil, os dados apresentam que somente 14% da população de adultos mais jovens (25 a 34 anos) concluiu algum curso de nível superior, essa proporção é de 10% para a população mais velha (55 a 64 anos). A maioria dos graduados em nível superior são mulheres, exceto para o nível de doutorado.

Em 2012, a análise da idade média dos concluintes de cursos de Graduação mostrou certa homogeneidade entre os países da OCDE. Em geral, a média de idade encontrada nos países variou entre 25 anos (em países como Reino Unido, México e Holanda) e aproximadamente 30 anos (observado na Suécia, Israel e Finlândia). A média OCDE foi de 26,5 anos, enquanto a média brasileira foi de 29,5.

No entanto, quando observados cursos onde o aluno concluiu o Mestrado ou Doutorado, não se constata essa homogeneidade. As médias de idade registradas para a média OCDE foram 32 e 35 anos, respectivamente.

No Brasil, a idade média dos alunos que concluíram a Graduação e o Doutorado foi de 29,5 e 38,2 anos, respectivamente, idades acima da média OCDE. Porém, a análise dos concluintes de cursos de Mestrado indica um comportamento próximo à média OCDE, em que a idade média dos alunos que concluíram esse nível foi de aproximadamente 32 anos.

Entre os países da OCDE, mais de 80% das pessoas com ensino superior estão empregadas, para quem só possui ensino

médio, a taxa de emprego é de 70%. No Brasil, em torno de 86% da população que possui ensino superior está empregada. Enquanto a proporção de empregados dos que possuem ensino médio é de 77%.

O Brasil é um dos poucos países em que a taxa de desemprego é maior entre aqueles que têm menor escolarização. A taxa de desemprego para adultos com educação abaixo do nível médio, em 2012, foi de 4,1%, enquanto para aqueles com nível médio ela foi de 5,1%. Adultos com diploma de nível superior, no entanto, continuam a apresentar a mais baixa taxa de desemprego, de 2,9%.

Adultos com ensino superior (homens e mulheres) ganham por volta de 2.5 vezes mais que aqueles com ensino médio. Essa diferença é maior que a média da OCDE (1.6 vezes), e é a segunda maior entre todos os países da OCDE e países parceiros. Além disso, adultos sem ensino médio são mais penalizados por possuírem menor escolaridade, ganhando 42% menos que pessoas que possuem o ensino médio completo.

Nos países da OCDE, as mulheres que possuem ensino superior ganham em torno de 73% do salário médio dos homens com mesmo nível educacional. Somente na Bélgica, Eslovênia, Espanha e Turquia as mulheres recebem 80% ou mais em relação aos salários dos homens. No Brasil, mulheres com graduação ganham 63% ou menos do que os ganhos do homem com mesmo nível educacional, uma das maiores diferenças de ganhos entre homens e mulheres verificadas entre os países.

No Brasil, Turquia e Estados Unidos, adultos sem o nível médio recebem os menores salários em relação àqueles que concluíram esse nível, cerca de 35% a menos. Por outro lado, no Brasil, Chile e Hungria, as pessoas com ensino superior são, comparativamente, mais bem recompensadas, ganhando mais que o dobro do salário de uma pessoa com ensino médio.

CAPITULO B

Quanto é investido por aluno? Qual proporção do Produto Interno Bruto (PIB) é investida em educação? Qual a participação da educação no investimento público total de um país? Ao longo do capítulo B, são apresentados indicadores sobre o investimento em educação no Brasil e no mundo.

Entre os países da OCDE, aproximadamente dois terços do investimento público total em educação foram para ensino fundamental e Médio, o que representou 3,7% do PIB desses países, no ano de 2011. Os investimentos em educação infantil representaram 0,6% do PIB enquanto a educação superior completou com 1,4% do PIB, em média. Somados esses níveis, 5,6 % do PIB dos países da OCDE referiu-se ao investimento público total em educação, enquanto no Brasil esse investimento é de 6,1% do PIB brasileiro, à frente de outros países latino americanos como Chile (4,5%), México (5,2%), e Colômbia (4,5%).

Sete países investiram mais que 7% (Argentina, Dinamarca, Islândia, Israel, Coreia, Nova Zelândia e Noruega).

No Brasil, o investimento público total no ensino fundamental e Médio correspondeu a 4,5% do PIB, o equivalente a 14,3% do investimento público total do país em 2011. Na educação infantil, foram investidos 0,5% do PIB, ao passo que o investimento público total em educação superior representou 1% do PIB brasileiro de 2011, figurando a lista de países que investiram 1% ou menos do PIB na educação superior como Hungria, Itália e Eslováquia.

Em média, o investimento público em educação por estudante (excluída a educação infantil) equivaleu a 26,0% do PIB per capita no Brasil, sendo de 23,0% por estudante dos anos iniciais do ensino fundamental e de 86,0% por aluno da educação superior, excluindo investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D).

O estudo aponta ainda que as instituições educacionais públicas gastam em torno de 4 vezes mais por estudante do ensino superior do que por estudante do ensino fundamental ou médio, correspondendo esse gasto a 93% do PIB per capita do país. No entanto, entre 1995 e 2011 tem ocorrido uma redução dessa diferença, sendo que o investimento nos níveis fundamental e médio cresceu aproximadamente 128%.

A participação do investimento público total em educação em relação ao PIB nos países da OCDE observou um aumento de 5,2%, em 2000, para 5,6%, no ano de 2011. Ao se considerar o percentual investido em educação em relação ao

investimento público total, os países da OCDE mantiveram praticamente o mesmo patamar, subindo de 12,6%, em 2000, para 12,7%, em 2011. Países como Brasil, Nova Zelândia, Coreia do Sul, Suíça, Islândia e Dinamarca direcionaram mais de 15% de seu investimento público total para a área educacional. A parcela do investimento público destinado à educação como parte do investimento público total cresceu cerca de 9 pontos percentuais no período de 2000 a 2011.

No entanto, em relação ao investimento público por aluno, o Brasil investe 2.667 dólares¹ por aluno do ensino fundamental e médio juntos, valor três vezes menor do que a média dos países da OCDE, 8.965 dólares. No Ensino Superior, o valor do investimento público por aluno é de USD 10.902, e média dos países da OCDE é de 12.021 dólares. Quando calculado o investimento público para todos os níveis de ensino combinados, em 2011 o Brasil gastou 2.985 dólares por aluno, valor abaixo da média da OCDE, que foi de 8.952 dólares.

Na maioria dos países com dados comparados disponíveis, o investimento direto em educação teve crescimento maior do que o PIB, resultando em crescimento do investimento em educação como percentagem do PIB. O crescimento foi maior que um ponto percentual no Brasil (de 3,5 para 5,9%). Destaca-se como o maior crescimento entre os países da OCDE e do G20 nesse período.

O efeito da crise financeira de 2008: O gasto público em educação cresceu

¹ Utilizando a equivalência por poder de paridade de compra.

menos que a taxa de crescimento do gasto público total na metade dos países. A crise colocou os governos no dilema de priorização de alocação de recursos do orçamento limitado entre educação e outros setores chaves, como saúde e seguridade social.

Entre o período 2008 a 2011, não há tendência global clara a respeito da evolução do investimento educação em relação ao gasto público total como foi o caso para o período de 1995- 2005. Em dez países o gasto público total cresceu mais que o investimento público em educação. Nos outros 13 países, o crescimento do investimento em educação foi maior. No Brasil, de 1995 a 2011, o crescimento do investimento público em educação (23%) foi maior que o crescimento obtido com o investimento público em todos os serviços, de 12%. Quando analisada a evolução do investimento em educação em relação ao investimento nesse período, tem-se um crescimento de 11,7% para 19,2%, segundo maior crescimento observado entre os países da OCDE e países parceiros.

Em 25 de 33 países participantes do EAG , a parcela total do investimento em capital, em relação ao gasto total em educação, no nível do ensino superior é maior que o investimento em capital na educação básica. Isto pode estar ligado à expansão do ensino superior nos anos recentes, e a conseqüente necessidade de construir novos prédios e laboratórios, adquirir novos equipamentos e reformar as instalações existentes.

No Brasil, a parcela do investimento em capital é de 5,8% no ensino fundamental

e médio em relação ao investimento total e essa proporção no ensino superior é de 8%. Deve-se considerar, no entanto, que os dados do Brasil são compostos apenas de informações de gasto público e de instituições públicas.

CAPITULO C

Qual o perfil dos estudantes nos diferentes níveis de ensino? Qual a expectativa de anos de estudo nos países? Quais as características da pré-escola ao redor do mundo? Qual o perfil daqueles que estudam no exterior e quais principais destinos de estudo? Quantos jovens de 15 a 29 anos estudam e/ou trabalham? Essas são algumas perguntas que o capítulo C responde sobre a participação na educação.

Em 2012, as taxas de matrículas da parcela entre 15 a 19 anos de idades foram maior que 75% em 34 dos 40 países da OCDE e países participantes com os dados disponíveis.

Em 2012, aproximadamente 38% da população com vinte anos de idade dos países da OCDE estão matriculados no ensino superior, na média. Na Coreia, sete em cada dez jovens de 20 anos de idade estão matriculados neste nível educacional, enquanto na Bélgica, Grécia, Irlanda e Rússia, Eslovênia e Estados Unidos, pelo menos um em duas pessoas dessa idade estão matriculados. Em contraste, 20% ou menos da parcela da população de 20 anos de idade no Brasil, Israel, Luxemburgo,

África do Sul e Suíça estão matriculados no ensino superior.

Em média, nos países da OCDE, uma criança de 5 anos de idade tem a expectativa de permanecer no sistema educacional mais de 17 anos, antes de atingir os 40 anos de idade. Nos países escandinavos, além da Austrália, a expectativa de duração da educação é de aproximadamente 20 anos de estudo. No outro pólo está a Índia onde a média de anos esperados de estudo é de 13,4, a mais baixa entre os países da publicação.

No caso brasileiro uma criança de 5 anos de idade terá estudado 16,3 anos em média ao atingir os 39 anos de idade. Outros países se assemelham ao Brasil nessa média, como Chile e Japão que possuem 16,5 e 16,3 anos de estudos esperados.

Os anos esperados no sistema educacional calculam-se como a proporção da população matriculada em idades específicas somadas sobre uma variedade de idade. A suposição principal é que cada ano de matrícula corresponderia a um ano completo de educação esperada para um indivíduo abaixo dessa idade.

Esse indicador é uma estimativa do número potencial de anos que um indivíduo pode esperar estar no sistema educacional. Essa estimativa não é comparável com a obtenção educacional e difere de projeções de obtenções futuras, porque o tempo gasto em um programa ofertado pode mudar dentro da população.

Segundo esse mesmo indicador, no Brasil, é esperado para as mulheres mais tempo de estudo do que para os homens, 17

e 16, respectivamente, expectativa semelhante a da média dos países da OCDE.

Nos países da OCDE, 84% das crianças de 4 anos de idade estão matriculadas na educação infantil. As matrículas dessas crianças aumentaram em média 6 pontos percentuais no período de 7 anos, passando de 79%, em 2005, para 84%, em 2012. O maior aumento na taxa de matrícula nesse período é na Polônia, com crescimento de 27 pontos percentuais. A Holanda, por sua vez, universalizou a cobertura nessa faixa de idade.

Na educação infantil brasileira, entre 2005 e 2012, a participação das crianças de 4 anos aumentou em torno de 24 pontos percentuais, atingindo 61% de cobertura, ultrapassando a taxa da Finlândia (59%) e aproximando da taxa da Polônia (65%). Os vizinhos Argentina e Chile corresponderam a 77% e 79% de matrículas nessa faixa etária, respectivamente.

Outro aspecto abordado pela publicação é o da mobilidade estudantil no Brasil. Em 2012, o País tem o menor percentual de estudantes estrangeiros entre todos os países da OCDE e países parceiros: menos de 0,5% do total de matrículas do ensino superior. Dos estudantes brasileiros matriculados em instituições de ensino superior fora do País, 23% estão nos Estados Unidos, 18% em Portugal e 10% na França.

Os professores são um importante recurso para a aprendizagem: a qualidade do sistema educacional não pode exceder a qualidade dos professores. De acordo com resultado do PISA, escolas sofrem de alta incidência de escassez de professor e tendem a ter pontuação baixa no PISA. Atração e

retenção efetiva de professores é uma prioridade para as políticas públicas, e o desafio é maior nas escolas públicas do que nas escolas privadas.

As diferenças maiores na incidência de escassez de professor relatada por diretores de escolas públicas e privadas são observadas na Austrália, Brasil, Itália, Luxemburgo, México, Nova Zelândia, Peru, Qatar, Arábia Saudita, Uruguai, Vietnã, Jordânia.

Os alunos que frequentam escolas privadas dedicam mais tempo nas atividades de deveres de casa ou outros estudos determinados pelos professores do que os alunos matriculados na escola pública.

Entre os países da OCDE, os alunos relataram que dedicam 4.9 horas por semana com deveres de casa ou outros estudos determinados pelos professores. Alunos na Itália, Cazaquistão, Romênia e Rússia, Shangai-China e Cingapura relataram que dedicam pelo menos 7 horas por semana com essas atividades. Na Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, República Checa, Japão, Portugal, Eslováquia, Eslovênia, Suécia e Tunísia, os alunos dedicam menos do que 4 horas por semana com deveres de casa ou outros estudos determinados pelos professores.

Nos países da OCDE, em torno da metade da parcela dos 15 a 29 anos estão estudando, alcançando abaixo de 40% no Brasil e México e acima de 60 % na Grécia, Japão e Eslovênia.

Quando avaliado o desempenho dos estudantes em Matemática no PISA 2012, o

Brasil figura em quarto lugar entre os países em que o desempenho dos estudantes de instituições privadas é melhor que os das públicas.

Para todos os níveis da educação, no Chile, Irlanda, Itália, México, Espanha e Turquia, mais que 20% da parcela dos 15 a 29 anos não estão nem estudando nem trabalhando. No Brasil, Chile, México e Turquia, em torno de 15% estão na condição de "Nem-Nem" estão inativos enquanto que 6% ou menos estão desempregados.

Segundo dados da PNAD de 2012, 70% desses jovens e adultos que não trabalham nem estudam são mulheres, sendo que 41% do total tratam-se de mulheres com filhos.

CAPITULO D

Quanto tempo os estudantes passam em sala de aula? Qual o número médio de alunos por turma? Quanto ganham e qual a carga-horária média de trabalho dos professores? O capítulo D tem como tema principal o ambiente e a organização escolar.

Enquanto o Brasil estabelece uma carga horária mínima de 800 horas de aula por ano para o ensino fundamental, nos países da OCDE, a média de tempo obrigatório é de 794 horas nos anos iniciais do ensino fundamental, variando de 616 horas na Hungria até 1049 horas no Chile.

O uso desse tempo entre as disciplinas varia bastante entre os países nos

anos iniciais do ensino fundamental. Enquanto a França destina 37% desse tempo à "leitura, escrita e literatura", a Polônia dedica 18%. No México, 5% do tempo é dedicado ao ensino de Artes, enquanto a Islândia destina 19%.

Nos anos finais do ensino fundamental, os professores iniciantes na profissão com a qualificação mínima ganham em média 30.735 dólares. O salário mínimo dos professores dos anos finais em início de carreira variam de 15.000 dólares ou menos no Brasil, Estônia, Hungria, Indonésia e República Eslovaca a mais de 40.000 dólares em países como Dinamarca, Luxemburgo e Suíça. No Brasil, o salário mínimo inicial dos professores é de 10.375 dólares de acordo com o piso salarial da carreira docente (Lei nº 11.738, de 16/7/2008), em valores de 2012.

Ainda tendo como referência os anos finais do ensino fundamental, os professores no topo da escala salarial em com qualificação máxima na OCDE possuem salário médio de USD 53.686. Esse salário máximo varia entre menos de USD 20.000 na Estônia, Indonésia e República Eslovaca a USD 75.000 ou mais na Austrália, Coreia do Sul e Suíça, ultrapassando USD 125.000 em Luxemburgo.

A média de estudantes por turma nos anos iniciais do ensino fundamental para os países da OCDE é de 21 por sala de aula. As turmas dos anos iniciais variam de 16 alunos, em média, na Letônia e em Luxemburgo, a 38 alunos por turma na China. Alguns países como Coreia do Sul e Turquia reduziram consideravelmente o tamanho de suas turmas de 2000 a 2012.

Embora o Brasil tenha ampliado o acesso das crianças ao ensino fundamental na última década, o tamanho médio das turmas dos anos iniciais foi reduzido de 25,8, no ano de 2000, para 23,7, em 2012. Nos anos finais do ensino fundamental, esse indicador apresenta uma média de 28,2 alunos por turma.

Sobre os professores brasileiros, destaca-se o fato deles serem mais jovens do que na maioria dos países da OCDE. Em 2012, 17% dos professores dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio tinham menos de 30 anos de idade, comparado com 10% na média da OCDE.

No entanto, em 2012 houve uma queda no percentual de professores jovens se comparados com o percentual de 2002, quando o percentual de professores com menos de 30 anos era de 26%. Esse mesmo nível de ensino também apresenta uma alta taxa de estudantes por pessoal de ensino nas escolas: 18 em comparação com 13 estudantes da média da OCDE.

De acordo com a pesquisa TALIS 2013, entre os três tipos de atividades - de ensino e aprendizagem, de tarefas administrativas e manutenção da ordem na sala de aula, nos países participantes da pesquisa, os professores dos anos finais do ensino fundamental relataram que gastam na média 79% em atividades de ensino e aprendizagem. Todavia, essa proporção varia entre os países, desde 87% na Bulgária até 67% no Brasil.

A manutenção da ordem na sala de aula ocupa uma média de 13% do tempo dos professores. Essa proporção também varia

entre os países participantes, de 8% na Polônia até 20% no Brasil.

Atividades administrativas demandam, em média, 8% do tempo dos professores, a menor quantidade de tempo em comparação às outras duas atividades. Na Bulgária e na Estônia, os professores relataram que dedicam 5% do seu tempo à atividades administrativas. Enquanto, no Brasil, os professores dedicam 12% do seu tempo com essas mesmas atividades.

No tocante ao tema de desenvolvimento profissional, na pesquisa TALIS 2013, o aspecto mais frequentemente citado pelos professores pesquisados nos países participantes é a necessidade de desenvolvimento e capacitação para ensino e instrução para alunos com necessidades especiais. Em torno de 22% dos professores, em média, reportam que precisam de mais desenvolvimento profissional quanto a esse aspecto específico de ensino, alcançando 60% dos professores no Brasil.

Na média, a segunda e a terceira maiores necessidades de desenvolvimento profissional relatadas pelos professores dos países participantes são relacionadas ao ensino com tecnologias da informação e comunicação (19% dos professores) e ao uso de novas tecnologias no ambiente de trabalho (18% dos professores). No Brasil, essa representatividade foi de 27% e 37%, respectivamente.

Outras áreas de melhoria são identificadas por uma grande proporção de professores em alguns países participantes da TALIS 2013. Ensinar em um ambiente multicultural ou multilíngue parece não ser um problema importante na maioria dos países europeus,

mas é uma grande preocupação em países da América Latina. No Brasil, 46% dos professores brasileiros manifestaram essa preocupação.